Quarta-feira. 9 de Janeiro de 1980

DIARIO Assembleia da República

I LEGISLATURA

4. SESSÃO LEGISLATIVA (1979-1980)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 8 DE JANEIRO DE 1980

Presidente: Ex.mo Sr. Teófilo Carvalho dos Santos

Secretários: Ex. mos Srs. Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo

Alberto Marques Antunes

José Manuel Maia Nunes de Almeida

Manuel Baeta Neves

SUMÁRIO. — O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 40 minutos.

O Sr. Deputado Pedro Roseta (PSD) esclareceu o sentido do convite dirigido na última reunião ao Sr. Deputado Teófilo Carvalho dos Santos (PS) para ocupar a presidência.

Procedeu-se à eleição, que foi repetida por motivo de ordem técnica, de todos os membros da Mesa, tendo sido eleito Presidente da Assembleia o Sr. Deputado Leonardo Ribeiro de Almeida (PSD).

Depois de convidado a tomar a presidência e saudado pelo Presidente cessante, e constituída a Mesa eleita, o Sr. Presidente eleito dirigiu palavras de saudação à Assembleia.

Por seu turno, e após uma alocução do Sr. Deputado Lucas Pires (CDS), em nome da Aliança Democrática, em que cumprimentou o Sr. Presidente da Assembleia, usariam também da palavra, no mesmo sentido, os Srs. Deputados Salgado Zenha (PS) — ao qual respondeu depois o Deputado cen-Vrista—, Medeiros Ferreira (Indep.), Carlos Brito (PCP), Ferreira do Amaral (PPM), Mário Tomé (UDP), Raul de Castro (MDP) e Pedro Roseta (PSD).

O Sr. Presidente, que agradeceu as palavras dos diferentes oradores, encerrou a sessão às 23 horas e 50 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à chamada.

Eram 15 horas e 40 minutos.

Fez-se a chamada, à qual responderam os seguintes Srs. Deputados:

Partido Social-Democrata (PSD)

Afonso de Sousa Freire de Moura Guedes. Alcino Cabral Barreto. Alvaro Barros Marques de Figueiredo. Amândio Anes de Azevedo. Amélia Cavaleiro Monteiro de Andrade de Azevedo. Américo Abreu Dias. António Alberto Correia Cabecinha.

António Augusto Lacerda de Queirós.

António Duarte e Duarte Chagas.

António José Ribeiro Carneiro.

António José dos Santos Moreira da Silva.

António Maria Pereira.

António Maria de Ornelas Ourique Mendes.

Armando Adão e Silva.

Armando António Correia.

Arménio dos Santos.

Carlos M. Sousa Encarnação.

Carlos Matos Chaves de Macedo.

Cecília Pita Catarino.

Cristóvão Guerreiro Norte.

Daniel Abílio Ferreira Bastos.

Eleutério Manuel Alves.

Fernando José Sequeira Roriz.

Fernando Manuel Alves Cardoso Ferreira.

Fernando Monteiro do Amaral.

Fernando Raimundo Rodrigues.

Francisco José de Sousa Tavares.

Germano da Silva Domingos.

Henrique Alberto Freitas do Nascimento Rodrigues.

Jaime Adalberto Simões Ramos.

João António Sousa Domingues.

João Aurélio Dias Mendes.

João Baptista Machado.

João Luís Malato Correia.

João Vasco da Luz Botelho de Paiva.

Joaquim Manuel Cabrita Neto.

Joaquim Marques Gaspar Mendes.

José Adriano Gago Vitorino.

José Ângelo Ferreira Correia.

José da Assunção Marques.

José Baptista Pires Nunes.

José Bento Gonçalves.

José Henrique Cardoso. José Manuel Cochofel da Silva. José Manuel Medeiros Ferreira. José Manuel M. Sampaio Pimentel. José Maria da Silva. José da Silva Domingos. José Theodoro da Silva. Júlio de Lemos de Castro Caldas. Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida. Luís António Martins. Manuel António Lopes Ribeiro. Manuel Henriques Pires Fontoura. Manuel Luís Fernandes Malaquias. Manuel Maria Moreira. Manuel Maria Portugal da Fonseca. Manuel Pereira. Maria Adelaide Santos de Almeida Paiva. Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta. Maria Manuela Simões Saraiva. Marília Dulce Coelho Pires Morgado Raimundo. Mário Dias Lopes. Mário Júlio Montalvão Machado. Mário Martins Adegas. Miguel Camolas Pacheco. Natália de Oliveira Correia. Nicolau Gregório de Freitas. Nuno Aires Rodrigues dos Santos.
Nuno Maria Monteiro Godinho de Matos. Pedro Manuel da Cruz Roseta. Pelágio Eurico Assunção Matos Lopes de Madureira. Reinaldo Alberto Ramos Gomes. Valdemar Cardoso Alves.

Partido Socialista (PS)

Adelino Teixeira de Carvalho:
Agostinho de Jesus Domingues.
Albano Pereira da Cunha Pina.
Alberto Arons Bragà de Carvalho.
Alberto Marques Antunes.
Alberto Rodrigues Ferreira Camboa.
Amadeu da Silva Cruz.
António de Almeida Santos.
António Cândido de Miranda de Macedo.
António Carlos Ribeiro Campos. António Carlos Ribeiro Campos.

António Chaves Medeiros.

António Duarte Arnaut.

António Fernandes da Fonseca. António Fernando Marques Ribeiro Reis. António Francisco-Barroso de Sousa Gomes. António Manuel Châmbica de Azevedo Gomes. António Manuel Maldonado Gónelha.

António Manuel de Oliveira Guterres.

Aquilino Ribiro Machado. Aquilino Ribeiro Machado:
Armando Filipe Cerejeira Pereira Bacelar.
Armando dos Santos Lopes:
Avelino Ferreira Loureiro Zenhã: Beatriz Magalhães de Almeida Cal Brandão.
Bento Elísio de Azevedo.
Carlos A. da Costa Sousa.
Carlos Cardoso Lage. Carlos Manuel Natividade da Costa Candal. Emílio Rui da Veiga Peixoto Vilar. Fernando Luís de Almeida Torres Marinho.

Francisco de Almeida Salgado Zenha. Francisco Cardoso P. de Oliveira. Francisco Igrejas Caeiro. Francisco Manuel Marcelo Monteiro Curto. Frederico Augusto Fonseca Händel de Oliveira. Guálter Viriato Nunes Basílio. Guilherme Gomes dos Santos. Henrique Teixeira Queirós de Barros. Herculano Rodrigues Pires. Jaime José Matos da Gama. João Alfredo Félix Vieira Lima. João Cardona Gomes Cravinho. João Joaquim Gomes. Joaquim José Catanho de Meneses. Joaquim Sousa Gomes Carneiro. Jorge Fernando Branco Sampaio. José Gomes Fernandes. José Luís do Amaral Nunes. José Manuel Niza Antunes Mendes. José Maximiano de Albuquerque Almeida Leitão. Júlio Augusto Morais de Montalvão Machado. Júlio Francisco Miranda Calha. Luís Filipe Nascimento Madeira. Luís Silvério Gonçalves Saias. .. Manuel Alegre de Melo Duarte. Manuel Alfredo Tito de Morais. Manuel António dos Santos. Manuel Branco Ferreira Lima. Manuel Francisco da Costa. Manuel Joaquim de Melo Pires Tavares Santos. Manuel José Bragança Tender. Maria Emília de Melo Moreira da Silva. Maria de Jesus Simões Barroso Soares. Maria Teresa Vieira Bastos Ramos Ambrósio. Mário Alberto Nobre Lopes Soares. Raul de Assunção Pimenta Rego. Rodolfo Alexandrino Susano Crespo.

Rui Fernando Pereira Mateus.

Teófilo Carvalho dos Sontos Teófilo Carvalho dos Santos. Vítor Manuel Gomes Vasques. Vítor Manuel Gomes Vasques.
Vítor Manuel Ribeiro Constâncio.

Partido Comunista Português (PCP)

Álvaro Augusto Veiga de Oliveira. Alvaro Barreirinhas Cunhal. Alvaro Favas Brasileiro. Angelo Matos Mendes Veloso. António Dias Lourenço da Silva.. António Joaquim Gervásio. António Marques Pedrosa. António da Silva Mota. Carlos Alberto do Carmo da Costa Espadinha. Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas. Carlos Alfredo de Brito. Carlos Campos Rodrigues da Costa. Carlos Hahnemann Saavedra de Aboim Inglez. Dinis Fernandes Miranda. Domingos Abrantes Ferreira. Ercília Carreira Pimenta Talhadas. Fernando de Almeida Sousa Marques. Fernando Freitas Rodrigues.
Francisco Miguel Duarte.
Hélder Simão Pinheiro.

Jaime dos Santos Serra. Jaime dos Santos Serra.

Jerónimo Carvalho de Sousa.

João António Gonçalves do Amarál. Joaquim António Miranda da Silva. 🖘 🕬 🦠

Joaquim Gomes dos Santos. Joaquim Vítor Baptista Gomes de Sá. Jorge do Carmo da Silva Leite. Jorge Manuel Abreu de Lemos. José António Veríssimo Silva. José Ernesto Ildefonso Leão de Oliveira. José Manuel Aranha Figueiredo. José Manuel da Costa Carreira Marques. José Manuel Maia Nunes de Almeida. José Rodrigues Vitoriano. Josefina Maria Andrade. Lino Carvalho de Lima. Maria Alda Barbosa Nogueira. Maria Ilda da Costa Figueiredo. Marino Baptista de Vasconcelos Barbosa Vicente. Octávio Floriano Rodrigues Pato. Rosa Maria Reis Alves Brandão Represas. Vítor Henrique Louro de Sá. Vital Martins Moreira. Zita Maria de Seabra Roseiro.

Centro Democrático Social (CDS)

Adalberto Neiva de Oliveira. Adriano Vasco da Fonseca Rodrigues. Américo Maria Coelho Gomes de Sá. António Ferreira Pereira de Melo. António Martins Canaverde. Artur Fernandes. Carlos Alberto Faria de Almeida. Carlos Martins Robalo. Domingos da Silva Pereira. Eduardo Leal Loureiro. Emídio Ferrão da Costa Pinheiro. Emílio Leitão Paulo. Eugénio Maria Nunes Anacoreta Correia. Francisco António Lucas Pires. Francisco Gonçalves Cavaleiro de Ferreira. Francisco Manuel Lopes Vieira Oliveira Dias. Henrique José Cardoso de Meneses Pereira de Morais. Henrique Manuel Soares Cruz. João Gomes de Abreu de Lima. João José Magalhães Pereira Pulido de Almeida. João da Silva Mendes Morgado. Joaquim Rocha dos Santos. José Augusto Gama. José Eduardo Fernandes de Sanches Osório. José Manuel Rodrigues Casqueiro. José Vicente de Jesus Carvalho Cardoso. Luís Eduardo da Silva Barbosa. Luís Filipe Pais Beiroco. Luís António Gomes Moreno. Manuel António de Almeida de Azevedo e Vasconcelos. Manuel Baeta Neves. Manuel António Magalhães Correia Leite. Maria Tabita Lopes Ferreira Mendes Soares. Narana Sinai Coissoró. Pedro António José Bracourt Pestana de Vasconcelos. Rui Garcia de Oliveira. Vítor Afonso Pinto da Cruz.

Partido Popular Monárquico (PPM)

António José Borges Gonçalves de Carvalho. Augusto Martins Ferreira do Amaral. Gonçalo Pereira Ribeiro Teles. Henrique José Barrilaro Fernandes Ruas. Luís Filipe Ottolini Bebiano Coimbra.

Movimento Democrático Português (MDP)

José Manuel Marques do Carmo Mendes Tengarrinha. Luís Manuel Alves de Campos Catarino. Raul Fernandes de Morais e Castro.

União Democrática Popular (UDP)

Mário António Baptista Tomé.

O Sr. **Presidente:** — Responderam à chamada 238 Srs. Deputados.

Temos quórum, pelo que declaro aberta a reunião.

Eram 15 horas e 55 minutos.

O Sr. Presidente: — Como os Srs. Deputados sabem, a reunião de hoje é dedicada exclusivamente à eleição da Mesa e da sua presidência.

Para a eleição da presidência existem dois boletins, cada um com o nome de um candidato, e um boletim em branco, o que significa que se um Deputado não quiser votar em nenhum dos candidatos vota nessa lista em branco.

Como me parece que o que está exposto não oferece dúvidas, vai proceder-se à chamada para a votação.

- O Sr. Rui Pena (CDS): Peço a palavra, Sr. Presidente.
 - O Sr. Presidente: Faça favor.
- O Sr. Rui Pena (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Nos termos regimentais, o meu grupo parlamentar pede a suspensão da reunião por meia hora, após a distribuição das listas.
- O Sr. Presidente: Porque o pedido é regimental, está suspensa a reunião.

Foi suspensa a reunião.

O Sr. Presidente: — Está reaberta a reunião.

Eram 16 horas e 50 minutos.

- O Sr. Presidente: Srs. Deputados, antes de procedermos à votação, vou conceder a palavra ao Sr. Deputado Pedro Roseta, que pretende fazer uma rectificação oral ao Diário da última reunião plenária.
- O Sr. Pedro Roseta (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: É apenas para dizer que, como me parece evidente aliás, esta intervenção é quase inútil —, todos os grupos parlamentares e partidos aqui representados entenderam que aquele convite que fiz a V. Ex.ª para presidir à reunião de sexta-feira passada era extensivo à reunião de hoje, até ao termo do acto eleitoral que vamos realizar.
- O Sr. Presidente: Vamos então proceder às votações, que por uma questão de economia de tempo serão feitas simultaneamente.

Convido para escrutinadores, por parte do PSD, o Sr. Deputado Lacerda de Queirós e, por parte do PS, o Sr. Deputado Adelino de Carvalho, representantes dos dois maiores partidos.

Vamos, pois, proceder às votações, para o que vai ser feita a chamada.

Procedeu-se à votação.

O Sr. **Presidente:** — Algum dos Srs. Deputados ainda não votou?

Pausa.

Como já todos votaram, vamos proceder ao escrutínio, que, segundo resolução da Mesa, vai começar pela contagem dos votos relativos à eleição dos membros da Mesa e só depois pelos relativos à eleição do presidente.

Entretanto, e enquanto se procede ao escrutínio, convido os representantes dos grupos parlamentares para uma reunião no meu gabinete.

Procedeu-se ao escrutínio.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 19 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, tenho de comunicar à Câmara que, por erro técnico, as votações têm de ser repetidas, segundo deliberação que acaba de ser tomada pelos representantes dos partidos na reunião havida no meu gabinete.

Portanto, vamos interromper os trabalhos, que daqui a meia hora serão retomados para se fazer nova eleição.

Entretanto, os líderes dos grupos parlamentares e os representantes dos partidos reunirão no gabinete do Presidente.

A reunião está interrompida por meia hora, Srs. Deputados.

Eram 19 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 20 horas.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vão ser distribuídos os boletins de voto para procedermos de novo às eleições.

Todavia, devo esclarecer que o erro técnico que há pouco referi foi um erro de contagem dos votos.

Pedia ao CDS e ao PCP para indicarem um elemento dos respectivos partidos para auxiliar os outros escrutinadores.

- O Sr. Oliveira Dias (CDS): Dá-me licença, Sr. Presidente?
- O Sr. Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Oliveira Dias.
- O Sr. Oliveira Dias (CDS): Sr. Presidente, na sequência do pedido formulado por V. Ex.ª, o meu partido indica para auxiliar os escrutinadores o Deputado Alexandre Reigoto.

- O Sr. **Presidente:** Tem a palavra o Sr. Deputado Ângelo Correia.
- O Sr. Ângelo Correia (PSD): Sr. Presidente, a bancada social-democrata pede a V. Ex." um adiamento dos trabalhos por trinta minutos.
- O Sr. Presidente: Como o requerimento é legal, está concedido.
- O Sr. Presidente: Srs. Deputados, está suspensa a reunião.

Eram 20 horas e 10 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, está reaberta a reunião.

Eram 20 horas e 35 minutos.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, vai proceder-se à votação, que, como é normal, será iniciada pelos elementos da Mesa.

Procedeu-se à votação.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, chegámos ao fim da chamada para a votação e antes de se proceder à contagem dos votos, aproveito para avisar que na próxima quinta-feira há reunião e que, como sempre, se inicia às 15 horas.

Vai proceder-se ao escrutínio.

Procedeu-se ao escrutínio.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, o resultado do escrutínio é o seguinte:

Votos entrados, 249;

Eleição para Vice-Presidentes:

Nuno Aires Rodrigues dos Santos (PSD) — votos a favor, 206; votos contra, 35; votos brancos, 1; abstenções, 7;

António Duarte Arnaut (PS) — votos a favor, 125; votos contra, 117; votos brancos, 1; abstenções, 6;

José Rodrigues Vitoriano (PCP) — votos a favor, 132; votos contra, 110; votos brancos, 1; abstenções, 6;

António Jacinto Martins Canaverde (CDS)—votos a favor, 200; votos contra, 36; votos brancos, 1; abstenções, 12.

Estes são os quatro Vice-Presidentes que, em virtude desta votação, proclamo eleitos.

Eleição para Secretários:

Manuel Henriques Pires Fontoura (PSD) — votos a favor, 204; votos contra, 36; votos brancos, 4; abstenções, 5;

Alberto Marques Antunes (PS) — votos a favor, 128; votos contra, 112; votos brancos, 4; abstenções, 5.

José Manuel Maia Nunes de Almeida (PCP) — votos a favor, 140; votos contra, 98; votos brancos, 3; abstenções, 8;

Francisco Cavaleiro Ferreira (CDS) — votos a favor, 188; votos contra, 43; votos brancos, 2; abstenções, 16.

São estes os quatro Secretários da Mesa que proclamo eleitos em virtude desta votação. Eleição para Vice-Secretários:

Cecília Pita Catarino (PSD) — votos a favor, 200; votos contra, 40; votos brancos, 3; abstenções, 6;

Bento Elísio de Azevedo (PS) — votos a favor, 129; votos contra, 10; votos brancos, 7; abstenções, 6.

Considero os dois Vice-Secretários eleitos.

Eleição para Presidente da Assembleia da República — votos entrados, 249; votos brancos, 1:

Leonardo Ribeiro de Almeida, 129 votos;

Teófilo Carvalho dos Santos, 119 votos. Nesta conformidade, proclamo eleito Presidente o Sr. Deputado Leonardo Ribeiro de Almeida.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Acaba de ser eleito Presidente, como verificaram, por este número de votos, o Sr. Deputado Leonardo Eugénio Ramos Ribeiro de Almeida, a quem apresento as mais cordiais saudações, desejando que tenha no desempenho deste cargo, que por vezes é difícil, bastantes facilidades, o que com certeza lhe vão proporcionar a felicidade de que precisa para o seu desempenho.

Sr. Deputado, convido-o a vir tomar este lugar que, por eleição, lhe pertence.

Neste momento assumiu a presidência o Sr. Presidente Leonardo Ribeiro de Almeida, abraçando antes o Sr. Deputado Teófilo Carvalho dos Santos, com os aplausos da Assembleia, que se repetiram quando este ocupou o seu lugar na bancada.

O Sr. Presidente: — Srs. Deputados, convido os Secretários eleitos a tomarem os seus lugares na Mesa.

Os Secretários eleitos tomaram o seu lugar na Mesa.

O Sr. **Presidente:** — Srs. Deputados, é meu desejo, neste momento em que pela vontade expressa desta Câmara assumo a sua presidência, apresentar a todos, sem distinção de credo ou partido, as minhas muito leais saudações.

Não me considero, no momento em que início estas mesmas funções, se não um primus inter pares que deseja estabelecer e manter com todos os Srs. Deputados o melhor, o mais franco e o mais leal espírito de colaboração.

Agradeço a todos os Srs. Deputados que com o seu voto me elegeram para a presidência desta Câmara a honra da sua confiança e asseguro-lhes que o único limite que poderei pôr ou que se encontrará no meu desejo de corresponder a essa mesma confiança é o que resulta das minhas próprias possibilidades.

Desejo ainda afirmar que, no complexo número de razões que constituem para mim motivo de considerar uma imensa honra esta eleição, avulta, no grupo das mais valiosas, o ter presente no meu espírito a figura dos que aqui me antecederam. Já tive o gosto de saudar o Sr. Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, a quem, para além das relações parlamentares, me ligam relações de outra ordem, nascidas ao calor do exercício da mesma profissão. Invoco também o nome do seu antecessor, Dr. Vasco da Gama Fernandes, mas creio que não faço injúria se endereçar uma saudação muito especial ao Sr. Prof. Henrique de Barros. Fui Deputado à Assembleia Constituinte, aqui trabalhei, Sr. Professor, sob a presidência de V. Ex.ª, e consi-

derarei como um exemplo a recordação que aguardo da dignidade, da competência e do elevado espírito democrático com que V. Ex.ª aqui dirigia sempre os trabalhos e nos conduziu a todos, em horas difíceis, à salvação da democracia e da liberdade.

Aplausos gerais.

Gostaria ainda de fazer outra afirmação: o meu partido subscreveu a minha candidatura com perfeita unanimidade, mas sinto que ela se não ofusca, ou melhor, que a legitimidade que daí resulta e dos posteriores votos que recebeu se não ofusca, antes, se fortalece, se fizer uma referência que considero elementar dever de justiça e de verdade. É que milita no meu partido, no Partido Social-Democrata, desde as primeiras horas, uma figura inconfundível de por uguês e de político que, pelas excelências do seu carácter, pelo seu inconfundível aprumo, pela dignidade com que durante anos exerceu a profissão de advogado, que tanto nobilitou, e que, por todas as outras razões que nele concorrem — e creio que são sobejamente conhecidas de toda esta Câmara —, era, por direito próprio, o nome que eu, presidente do partido em exercício de funções, apontaria para estar aqui se não fossem as circunstâncias de doença que neste momento atravessa. Refiro-me, pois, ao Sr. Dr. Nuno Rodrigues dos Santos, a quem presto as minhas calorosas homenagens e a quem testemunho o preito da minha muita admiração.

Aplausos gerais.

Srs. Deputados, esta sessão já vai longa e não pretendo alongá-la mais. Direi apenas que desejo terminar estas breves considerações nos precisos termos em que as comecei: contam VV. Ex. ns, sem excepção, com a minha completa e total colaboração, com a minha integral disponibilidade. Nobres e longas tarefas nos vão ser pedidas nos meses que se vão seguir e, na vivacidade e no entusiasmo da controvérsia, sentir--me-ei, creio mesmo que nos sentiremos todos suficientemente compensados, se, quando terminarmos esta sessão legislativa, tivermos dado ao povo português que nos elegeu a imagem da nossa operacionalidade, da nossa eficiência, e se tivermos por essa via acrescentado o belo e largo prestígio que esta Assembleia e esta Casa têm, porque por ela passa, como todos sabem, a própria democracia e a liberdade que jamais queremos perder.

Srs. Deputados, a ordem do dia está praticamente cumprida. Há algum Sr. Deputado que deseje usar da palavra?

- O Sr. Lucas Pires (CDS): Sr. Presidente, peço a palavra.
- O Sr. Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Luças Pires.
- O Sr. Lucas Pires (CDS): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Desejava, em nome daqueles que elegeram o Sr. Presidente da Assembleia da República, dizer algumas palavras.

Antes de mais, palavras de homenagem ao Sr. Dr. Teófilo Carvalho dos Santos, que durante o tempo em que foi Presidente da Assembleia da República se tornou credor do nosso respeito e a quem

devemos o tributo de uma grande homenagem, tanto porque a instituição foi para ele mais um cargo do que uma ponte de esplendor pessoal, como pelo facto de sempre ter conseguido ultrapassar com dignidade, objectividade e isenção todos os problemas políticos pendentes que se geraram nesta sala. Esta homenagem é igualmente extensiva a todos os Vice-Presidentes: ao Vice-Presidente do Partido Comunista Português, ao do Partido Socialista, ao do Partido Social-Democrata e ao meu próprio colega de bancada, que, com igual dignidade, objectividade e isenção contribuíram para o respeito desta função constitucional. Elas traduzem, na maneira como se exerceram, plataformas de entendimento e civilização que estão acima de toda a forma de luta partidária e que são o penhor de que a democracia será para sempre possível em Portugal.

Desejava também saudar aqueles que, como Secretários da Assembleia da República, desempenharam um trabalho discreto, humilde e digno, saudar aqueles que desde sempre aqui suscitaram mais consenso e mais unanimidade no exercício das suas funções.

Desejava, ainda, saudar os Deputados do Partido Socialista, do Partido Comunista Português e do MDP/CDE, com quem não trocaremos galhardetes durante as sessões da Assembleia da República, que se vão seguir, mas com quem julgamos poder conjuntamente honrar a mesma bandeira, o mesmo hino e a mesma vontade de um futuro colectivo próspero.

Desejo particularmente saudar o Sr. Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, que pessoalmente considero a prova de como um homem simples pode chegar às mais altas responsabilidades do Estado. Enquanto isto puder acontecer em Portugal a democracia é um facto e poderá continuar a alimentar a sua crença. O Dr. Leonardo Ribeiro não se põe nos bicos dos pés e não é um caso de intriga política, por isso nele se poderá rever o País real. Mais homem de autoridade do que de poder, há nele a humanidade que assegura que os políticos podem ser homens reais e homens livres e que assegura que esta Assembleia poderá ser apenas uma praça do próprio País real.

A eleição do Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida prova também que não há bipolarização dentro da Aliança Democrática, os apostadores do divisionismo não ganharam. A luta não se sobrepõe ao sentido das responsabilidades, só que a unidade não nos foi dada de antemão e não somos sequer partidários do centralismo democrático. A unidade é uma construção, um acto de liberdade, de vontade, de inteligência, de fé e de esperança. A Aliança Democrática continua a ser uma luta dentro e fora, mas é, e será, felizmente, uma luta vitoriosa.

O Presidente da Assembleia da República recebe hoje um mandato parlamentar, mas diria que poucas vezes um mandato parlamentar foi ao mesmo tempo, e tanto, um mandato popular. Está de facto muito fresca a fonte de legitimidade daqueles que nele votaram. Regozijamo-nos com o facto de a segunda personagem do Estado ser agora um membro da Aliança Democrática; sabemos que será um factor de equilibrio na vida pública — ele próprio dizia recentemente a um jornal que é tempo de passarmos da fase dos equilibristas à fase dos equilibrados — e é justamente para a existência de um país equilibrado que o Presidente da Assembleia da República e nós todos pensamos contribuir.

Com a eleição do Sr. Deputado Leonardo Ribeiro de Almeida inicia-se um período intercalar, mas, do ponto de vista da Aliança Democrática, não será um período de interregno, nem será um período de tréguas. Tal e qual como nas descolagens, não se pode arrancar com muita velocidade mas sim com a maior força possível. Nestes nove meses não é essencial que a oriança nasça, mas é essencial que se note que a barriga vai crescendo!

Este Parlamento será diferente; há uma maioria e a ordem e a eficácia do Parlamento têm condições para sair reforçadas. As leis já não precisam de se fazer com acordos volantes ou com maiorias flutuantes, isto é, a legislação não precisa mais de andar à deriva, pode ser um trabalho de coerência, e as questões concretas, as questões da respectiva comissão ou do respectivo círculo eleitoral podem ter agora mais condições para serem elaboradas e precisadas. Isto até porque as questões políticas foram resolvidas de uma maneira contundente e clara pelo povo português. A Assembleia da República pode agora fazer mais uvas e menos parras, isto sem embargo da discussão em voz alta que é timbre desta Câmara. Em democracia a distinção entre conspiradores e contraconspiradores é mais importante do que a distinção entre direita e esquerda. Aqui é o lugar onde se têm de se desarmar as conspirações, aqui é o lugar daqueles que falam em voz alta, aqui é o lugar onde o poder é sobretudo o querer e o dizer, aqui é o lugar, também, daqueles para quem a primeira responsabilidade se exerce perante o próprio povo e este Palácio de S. Bento deve ser, do nosso ponto de vista, o mais aberto, o mais popular e o mais comunicativo de todos os palácios do País.

Temos a certeza de que o Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida será, à cabeça desta Assembleia, o melhor espelho do país real e da sua vontade de, sendo um país de sempre, exigir ser cada vez mais um país moderno.

Sr. Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, para si os desejos da sua maioria de um mandato sereno, elevado e profícuo.

Aplausos do PSD e do CDS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Lucas Pires, agradeço as amáveis palavras que me dirigiu.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Deputado Salgado Zenha.

O Sr. Salgado Zenha (PS): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não era minha intenção dirigir algumas palavras neste momento porque, creio, os aplausos que foram endereçados ao Sr. Presidente da Assembleia da República, no momento em que tomou posse do seu cargo, exprimiam da nossa parte o aplauso ao resultado de um acto democrático desta Assembleia.

Mas, desde o momento em que o Sr. Deputado Lucas Pires usou da palavra para, em afirmações de congratulação pela sua eleição, fazer simultaneamente uma declaração política algo polémica, não faria sentido que o partido mais representativo da oposição ao Governo aotual, ao qual V. Ex.ª está ligado — aliás o Sr. Deputado Lucas Pires fez referência expressa a esse facto, confundindo a Presidência da Assembleia da República com a maioria que o elegeu —, não fizesse também uma declaração a esse respeito.

É evidente que o Sr. Presidente foi eleito em virtude de uma eleição em que houve uma lista que venceu e uma outra que foi vencida. Isto significa que se deve aceitar esse facto como sendo o exercício da própria democracia. Antes do 25 de Abril havia apenas uma única lista, um único partido e uma única candidatura; em democracia há sempre uma lista que vence e outra que é vencida.

Desde o momento em que o Sr. Deputado Leonardo Ribeiro de Almeida foi eleito Presidente desta Assembleia e está investido no exercício de um cargo constitucional, é evidente que da nossa parte se considera terminada a fase eleitoral e que respeitaremos o Presidente da Assembleia da República no exercício do seu cargo, tal como respeitámos todos os Presidentes que o precederam no mesmo exercício.

Não farei o elogio das suas qualidades. Como político, praticamente não as conheço; nem sequer me recordava que o Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida tinha sido Deputado da Assembleia Constituinte, facto que fiquei agora a saber. No entanto, conheço desde há muitos anos o Sr. Deputado Leonardo Ribeiro de Almeida da minha vida profissional e conservo desse convívio as gratas recordações que provêm de ter contactado com um colega que respeito e que, no exercício da sua profissão, sempre mereceu o meu respeito.

Mas mais do que essas considerações pessoais, interessa frisar as nossas posições políticas. O Sr. Presidente da Assembleia da República é, em primeiro lugar, a primeira figura de um Órgão de Soberania. Na medida em que a sua actuação se destinar à consolidação da democracia constitucional e da Constituição, por via da qual foi eleito para o cargo de Presidente da República, naturalmente que pode contar com todo o nosso apoio.

Conforme foi salientado pelo Sr. Deputado Lucas Pires, na Assembleia da República precedente foram sempre respeitadas as regras democráticas, as normas de convívio, os direitos de todas as facções políticas aqui representadas. Na medida em que a actuação do Sr. Presidente da Assembleia da República for de molde a manter esse mesmo ambiente de respeito democrático, naturalmente que poderá contar com todo o nosso apoio.

O Parlamento existe em Portugal desde 1820, conforme nos recorda, se não estou em erro, o fresco que temos à nossa frente. Na memória de todos os portugueses está a actuação e a obra desses parlamentos; ninguém se recorda de quem foram os presidentes dos sucessivos parlamentos que houve em Portugal. Na minha opinião, a obra de um parlamento — por mais respeito que me mereçam os seus predecessores e V. Ex. Sr. Presidente — não deriva de considerações egocêntricas acerca das personalidades que porventura possam passar pelos parlamentos, seja no cargo de Presidente da Assembleia da República, seja nos lugares de Deputados. Traduz-se, em consequência, da obra que esse parlamento realizou, realização essa em benefícios do povo português.

Rejeito esse conceito tecnocrático de operacionalidade — confesso mesmo que não sei muito bem qual é. Mas se essa operacionalidade se destina a destruir a democracia constitucional, a destruir a Constituição, c se destina a subventer e a falsear as regras da democracia, por via da qual os mesmos Deputados que aqui estão foram eleitos e por via da qual V. Ex.^a foi eleito, naturalmente que não poderá contar com a colaboração da bancada do Partido Socialista.

Como é evidente, estas minhas palavras não se destinam ao Sr. Presidente da Assembleia da República. Elas são um discurso da oposição face ao discurso feito pela situação, representada pelo Sr. Deputado Lucas Pires.

O Sr. Deputado Lucas Pires fez já a apresentação introdutória ao Governo, cujo Programa vai ser apresentado em breve. Creio que não seria necessário discutir aqui esse Programa. Mas, desde já, definimos a nossa posição: as recentes eleições intercalares foram levadas a efeito pelo povo pontuguês para delas resultar um Governo que governasse até Outubro de 1980. Não foi conferido nenhum mandato, nem a esta Assembleia, nem ao Governo, para alterar o regime constitucional, para alterar as regras da democracia — por via da qual indiscutivelmente a oposição foi eleita, por via da qual foi eleita uma maioria —, ou para perpetuar através de uma alteração das regras da democracia um poder cuja legitimidade é efémera e delimitada pela própria Constituição que deu azo a que houvesse eleições democráticas em Portugal.

Portanto, somos oposição democrática ao Governo e faremos uma oposição racional e expectante ao Governo. Estaremos numa atitude expectante e não conhecemos o Programa que vai ser apresentado. Em tudo aquilo que porventura possa merecer uma aprovação racional não faremos uma oposição cega. A nossa atitude será uma oposição na generalidade, e, quanto à especialidade, cada acto será apreciado pelo seu mérito concreto.

Haverá, todavia, uma oposição sistemática e intransigente, sem quaisquer reservas, a qualquer actuação deste Parlamento, em consequência de uma maioria efémera e limitada, por iniciativa ou não do próprio Governo, em tudo aquilo que se possa destinar a alterar o regime constitucional, o regime democrático, e fazer de uma maioria governamental uma maioria para alterar o próprio regime constitucional e as regras da democracia por via da qual este Parlamento e o Governo foram eleitos.

Fica, portanto, assim delimitada concretamente a nossa posição. Cada partido e cada pessoa tem a sua própria linguagem e o que fiz foi uma tradução em linguagem corrente, talvez menos floreada, da nossa posição, e nem o Sr. Presidente da Assembleia da República, nem nenhum dos partidos aqui presentes, se pode incomodar pelo facto de nós sermos oposição, nos termos que acabamos de indicar.

O Parlamento não é um combate de boxe, mas é, com certeza, um confronto político, e sem confronto político não há democracia.

O povo português, em Outubro de 1980, decidirá se a actual maioria terá uma vocação para a perpetuidade — ou para a usucapião do próprio Poder — ou se outros partidos, pelas mesmas regras pelas quais eles foram eleitos, terão o direito de governar em alternativa.

Mas, seja como for, fica definida a nossa posição, e dirijo a minha saudação sincera ao Sr. Presidente da Assembleia da República e ao ilustre Deputado Sr. Lucas Pires, que muito prezamos e que prezamos tanto mais quanto mais discordamos dele, discordância essa que se vem acentuando e que vem, com certeza, a acentuar-se ainda mais ao longo dos tempos, o que não significa que não tenhamos apreço pelo seu encanto, pela sua simpatia (risos) e por todas as qualidades que fazem dele o Deputado vocacionado para representar a Aliança Democrática.

Não me vou envolver nessa polémica, que considero um pouco estéril e deslocada e que já nas conferências dos grupos parlamentares se referiu, se aqui estão representados partidos ou alianças de partidos, polémica que tanto diz respeito à AD como à APU. Mas o que quero dizer é que faço os meus sinceros votos para que a Aliança Democrática se mantenha coesa, unida, firme e estável (risos), porque não tem grandeza para o Partido Socialista derrotar a Aliança Democrática, nas próximas eleições, em consequência de alguns sintomas de instabilidade que, porventura, possa haver no seu seio ...

Risos.

O Sr. José Vitorino (PSD): — Assim é que é falar!

O Orador: — Nós desejamos, sinceramente, que ela se mantenha firme, coesa e estável, à volta dos seus líderes naturais ou artificiais, à volta do Governo liderado pela personalidade escolhida pela dita Aliança, para que em Setembro ou Outubro deste ano ela seja derrotada pelo Partido Socialista. São estes os nossos mais sinceros votos e, pela nossa parte, ajudaremos até o Sr. Deputado Lucas Pires, sempre que ele o desejar, e dar-lhe-emos o nosso contributo para cimentar qualquer eventual fenda que possa haver na coesão interna da refetirda Aliança.

Risos.

A Sr. a Natália Correia (PSD): — Muito obrigada!

O Orador: — As minhas saudações vão para todos os partidos aqui presentes, e, sob pena de cometer algum erro de memória, quero citar todos os agrupamentos e grupos políticos aqui representados: assim, dirigem-se ao CDS, aos Deputados independentes integrados nesse grupo parlamentar, ao Partido Social-Democrata, ao grupo dos Reformadores, ao Partido Popular Monárquico — que nos honra com um brilho especial porque vem de ao longo dos séculos a este Parlamento republicano e tão recente (risos) — e também ao MDP e ao PCP. Creio que não me esqueci de ninguém ...

Vozes: — Da UDP!

O Orador: — Ah! E ao Sr. Deputado da UDP, também presente. Foi por lapso que não o mencionei, como, aliás, o seu sorriso benévolo revela com toda a certeza.

Risos.

As minhas saudações são feitas não no sentido de fazer apelos à civilização, pois somos todos civilizados e naturalmente que será um pouco incivilizado.

querer insinuar que só aquele que fala é que é civilizado e que outros são salvagens que precisam de ser domados. Não, pensamos que todos somos civilizados e que o que representamos são conceitos diferentes de democracia.

Antes do 25 de Abril havia os democratas orgânicos e os democratas que eram inorgânicos e uns governavam enquanto os outros eram perseguidos; hoje não é necessário que haja democratas orgânicos e inorgânicos, porque a democracia dá a todos o direito de se exprimirem e o pluralismo é uma consequência natural da própria democracia e, portanto, cada um representa a sua maneira de ser. Dentro da própria democracia temos de nos aturar uns aos outros como somos, não podemos pedir aos outros que deixem de ser aquilo que são para passarem a ser aquilo que desejaríamos que eles fossem, e, portanto, temos de nos aturar uns aos outros. Portugal tem os partidos políticos que merece ter e assim nós somos aquilo que somos!

Mas há uma coisa que é certa, para a qual peço a atenção do Sr. Presidente da Assembleia da República: há na imprensa, ou melhor, numa certa imprensa, uma campanha sistemática contra o Parlamento, porque, após 50 anos de ditadura, em que havia uma Assembleia dita Nacional, onde nada se deliberava e onde não havia democracia, hoje, a Assembleia da República tem sido um Órgão de Soberania popular, de debate, de confronto, de crítica, o que para os antidemocratas é um factor insólito e, assim, uma certa imprensa tem procurado denegrir sistematicamente o Parlamento, ora insinuando que há divergências ou conflitos entre a Assembleia da República e os outros Órgãos da Soberania, ora insinuando que o Parlamento não tem razão de ser.

Estou certo de que o Sr. Presidente da Assembleia da República, como representante máximo deste Órgão de Soberania nacional, compreenderá que uma das funções deste Parlamento é exercer a sua competência própria, dentro do respeito pelos outros Órgãos de Soberania popular e não vou precisar quais porque são de todos conhecidos. Mas também interessa prestigiar o Parlamento, como Órgão da Soberania popular, face aos ataques antidemocráticos que lhe são feitos. Não que os Deputados ou os Partdios, ou mesmo até o próprio Parlamento, não possam ter e não tenham mesmo defeitos no seu funcionamento...

Naturalmente que a crítica é desejável e eu sou até daqueles que pensam que em todas as críticas que nos são dirigidas — seja enquanto partido, enquanto pessoas, ou mesmo à própria instituição de que fazemos parte —, mesmo nas críticas mais injustas há sempre qualquer coisa que aproveitamos. Contudo, temos também obrigação de nos defendermos e de tomarmos atitudes inequívocas para fortalecer e prestigiar o Parlamento, como Órgão de Soberania democrática que é, e o maior contributo que poderemos dar para a democracia em Portugal é defender esses Orgãos da Soberania popular e prestigiar a democracia. Estou certo de que o Sr. Presidente da Assembleia da República, na sua actuação, não deixará de contribuir, pela sua acção, para defender este Orgão da Soberania sempre que ele for, não digo criticado, porque isso é inteiramente legítimo, mas quando for atacado com o intuito de pôr em causa a sua própria existência como pedra fundamental de funcionamento da democracia constitucional em Portugal.

Lamento ter sido muito longo e com certeza não tão brilhante como o meu querido colega Sr. Deputado Lucas Pires, mas, visto que se fez uma declaração política acerca da eleição de V. Ex.ª, logicamente que se há-de permitir à oposição que ela manifeste meste momento o seu ponto de vista, embora de improviso, porque, como resulta das circunstâncias, não se trouxe qualquer discurso preparado para a eleição do Sr. Deputado Leonardo Ribeiro de Almeida.

Aplausos do PS.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado Salgado Zenha, agradeço as suas saudações e pelo que diz respeito ao meu empenhamento na defesa da democracia e da liberdade — que tem sido uma das razões mais fortes da minha vida —, o futuro responderá por mim.

Tem a palavra o Sr. Deputado Medeiros Ferreira.

O Sr. Medeiros Ferreira (Indep.): — Sr. Presidente, pedi a palavra para, em nome dos Deputados reformadores, fazer uma singela mas sentida e autêntica saudação ao Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida, agora eleito Presidente da Assembleia da República. Será uma saudação singela, porque creio que o acto da eleição do segundo cargo da hierarquia do Estado cobre, por si só, esta sessão e as palavras poderão ser sempre em demasia. Apenas não queria que o silêncio dos Reformadores fosse também um defeito.

Nós vemos com cuito agrado e com grande satisfação a eleição do Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida para Presidente da Assembleia da República. Entre muitas razões ligadas à personalidade de Leonardo Ribeiro de Almeida, e que aqui já foram expressas, mas que poderei repetir, existe uma que para os Reformadores é singular e importantíssima: é que o Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida foi subscritor do acordo de cooperação política eleitoral entre o PSD e os Reformadores, que permite a existência neste Parlamento dos Deputados reformadores com a autonomia e identidade política próprias. Estamos certos de que a eleição do Deputado Leonardo Ribeiro de Almeida é uma garantia suplementar da vitória do espírito desse acordo estabelecido entre o PSD e os Reformadores.

Também não queria deixar de sublinhar que irá ter V. Ex.º uma missão difícil, e creio que será bom recordar que neste Parlamento, havendo uma maioria parlamentar decidida a apoiar um Governo, existem minorias que devem aqui encontrar a instituição privilegiada para fazerem ouvir a sua voz e de terem meios de intervenção no funcionamento do Estado.

Sempre defendi, em termos presidenciais e governamentais, a nítida distinção entre o Poder e a oposição, mas creio que o Parlamento é o espaço ideal para que as minorias se entrelacem com as maiorias num concerto de opiniões e compromissos que o próprio sistema proporcional indica ser o espírito da democracia política em Portugal.

Não queria também deixar de referir que toda a Mesa agora eleita teve o voto expresso e positivo dos Deputados reformadores, em conformidade com o espírito anteriormente definido na minha intervenção, razão pela qual desejo, muito em particular

pela função que ocupa, ao Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida as maiores felicidades no desempenho do seu cargo e que a sua personalidade garante.

Queria também saudar toda a Mesa eleita, porque ela representa a vontade conjunta do povo português.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

- O Sr. Presidente: Sr. Deputado Medeiros Ferreira, muito obrigado pela amabilidade das suas palavras.
- O Sr. Lucas Pires (CDS): Sr. Presidente, peço a palavra para dar um esclarecimento.
 - O Sr. Presidente: Tenha a bondade.
- O Sr. Lucas Pires (CDS): Sr. Presidente, é para dar um pequeno esclarecimento ao Sr. Deputado Salgado Zenha, além, naturalmente, dos agradecimentos que lhe são devidos pelas palavras simpáticas que me dirigiu.
- O esclarecimento é o seguinte: agradeço a confirmação de que o PS é um partido da oposição e a confirmação, igualmente, da razão daquelas pessoas que diziam que o PS é um partido tão vocacionado para a oposição que se sente aí particularmente feliz...

Suponho que a exposição do Dr. Salgado Zenha é uma expressão dessa felicidade e dessa vontade de falar da oposição, que eu saúdo.

- O Sr. Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Carlos Brito.
- O Sr. Carlos Brito (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida: Postas as coisas como foram postas pelos oradores antecedentes, também nós queremos dizer uma breve palavra, muito embora não sejamos o partido mais representativo da oposição ...

Risos.

Estamos, como é sabido, em firme oposição à maioria donde resultou a sua candidatura. Entretanto, queremos dizer-lhe que tomámos muito boa nota das suas afirmações relativamente ao espírito de lealdade e de cooperação que deve presidir aos trabalhos da Assembleia da República e também às afirmações que produziu em defesa da democracia portuguesa.

E queremos afirmar-lhe, do nosso lado, que não somos um grupo parlamentar fácil, como é bem conhecido. Costumamos defender as nossas ideias com grande frontalidade — diria mesmo com grande entusiasmo —, com grande lealdade e cooperando sempre para que os problemas nacionais encontrem justa solução. Da nossa parte, pode, pois, contar com esse espírito.

Defenderemos aqui a Constituição da República enquanto estiver em vigor e participaremos, depois das eleições de 1980, nos debates em torno da revisão constitucional com essa frontalidade, com essa firmeza, com esse entusiasmo. Conte também, Sr. Presidente, com uma grande defesa da nossa parte das regras democráticas, das praxes democráticas que aqui se estabeleceram em três anos de trabalho em que houve certamente aspectos menos positivos, mas em que se criou uma vivência democrática extremamente construtiva e que está na base, estamos seguros, da consolidação da democracia portuguesa.

Antes de tudo, queremos dizer-lhe que o nosso combate aqui será para defender o Regimento da Assembleia naquilo que ele tem de criação de todos nós, onde está vazada uma experiência que aqui tivemos e também as praxes democráticas que fomos construindo.

A proposta do novo Presidente da Assembleia da República, de lealdade e de cooperação, o Grupo Parlamentar do PCP responde sim. Conte com a nossa lealdade e com a nossa cooperação.

Aplausos do PCP e do MDP/CDE.

O Sr. **Presidente:** — Sr. Deputado Carlos Brito, agradeço igualmente as suas palavras.

Tem a palavra o Sr. Deputado Ferreira do Amaral.

O Sr. Ferreira do Amaral (PPM): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: A nossa intervenção, até pelo adiantado da hora, é brevíssima.

Não queríamos deixar, a primeira vez que temos a honra de falar aqui destas bancadas, de saudar, em primeiro lugar, os colegas Deputados, quer aqueles com quem fizemos maioria, quer os da anunciada oposição, e de lhes prometer que, no calor dos nossos debates e no vigor com que defendermos as nossas posições, não esqueceremos, com certeza, que teremos de respeitar as tradições desta Casa enobrecidas nos últimos anos de trabalho.

Queria aproveitar ainda para saudar também V. Ex.^a, quer pelo facto de ser colega de profissão, quer pelo facto de ser Deputado pelo mesmo distrito, eleito após uma campanha eleitoral em que V. Ex.^a, como candidato n.º I, tão brilhantemente conduziu a intervenção dos candidatos da Aliança Democrática. E esta saudação não é feita só pelo facto de V. Ex.^a estar na presidência, mas por aquilo que representa para esta Assembleia: uma honra que V. Ex.^a aí esteja sentado.

Não quero deixar de referir também com simpatia a palavra do Sr. Deputado Salgado Zenha, que tão amavelmente se nos dirigiu, a nós como aos restantes grupos parlamentares, salientando, nomeadamente, aquilo que me parece ser de inteira justiça, ou seja, que nós, Deputados do Partido Popular Monárquico, aqui nos sentimos perfeitamente à vontade.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

- O Sr. Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Mário Tomé.
- O Sr. Mário Tomé (UDP): Sr. Presidente, Srs. Deputados: A minha intervenção vai ser breve e espero que desta vez não esteja fora da ordem de trabalhos.
- O Sr. Presidente ora eleito, naturalmente que não o conheço; dele sei apenas que pertence ao Partido Social-Democrata. Isso basta-me, pois sei efectivamente para o que aqui está. (Risos do PSD.) A forma como vai actuar para o obter é previsível. O brilhantismo dos Srs. Deputados da maioria de direita dará ao Regi-

mento e à Constituição a interpretação que melhor lhes convier, como, aliás, já aconteceu com outras maiorias, e os verdadeiros interesses do povo continuarão a ser espezinhados por aqueles que elegeu.

- O Sr. José Vitorino (PSD): Olhe que não!
- O Orador: Os trabalhadores saberão tê-lo em conta de costas para S. Bento continuarão a sua luta!
- O Sr. Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Germano Domingues.
- O Sr. Germano Domingues (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: No passado dia 3, o Sr. Presidente cessante, Teófilo Carvalho dos Santos, fez aqui um apelo em nome de todos os Deputados presentes, independentemente de qualquer partido, referindo-se à catástrofe que se abateu sobre os Açores.

Quero aqui referir, como Deputado dos Açores e em nome dos meus colegas, e tendo acabado de chegar de lá há pouco tempo, que calou muito fundo em toda a população açoriana, que neste momento vive momentos trágicos, esse voto que aqui foi feito.

Termino dizendo que me congratulo com a elerção do Sr. Presidente e com a de todos nós que aqui estamos nesta Câmara para trabalharmos para o povo português.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

- O Sr. Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado Raul de Castro.
- O Sr. Raul de Castro (MDP): Sr. Presidente, Srs. Deputados: Não são segredo para ninguém as grandes diferenças que nos separam do partido e da coligação de partidos a que V. Ex.ª pertence. Contudo, o MDP/CDE pensa que desde que esta Assembleia da República está investida nas suas funções lhe cumpre corresponder aos anseios do povo português, aos anseios que o povo português deposita na sua actuação.

Orientaremos a nossa acção não por propósitos de agressividade, mas por uma análise objectiva de todas as propostas que aqui surgirem, tendo em conta, sobretudo, um vector fundamental que nos prende a nós, MDP/CDE, que foi a nossa própria participação durante a Assembleia Constituinte na elaboração da Constituição da República.

Como é sabido, Deputados do MDP/CDE foram alguns dos Deputados que participaram na votação da actual Constituição da República; nessa medida. Sr. Presidente, dentro do estrito respeito pela Constituição da República e pelo regime democrático que veio institucionalizar-se no nosso país, nós, Deputados do MDP/CDE, oferecemos também a V. Ex.ª a nossa lealdade na colaboração que necessariamente teremos de ter no decurso dos trabalhos.

O Sr. Presidente: — Os meus agradecimentos, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Roseta.

O Sr. Pedro Roseta (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: Depois de todos os partidos aqui presentes, sem excepção, terem saudado a eleição de V. Ex.ª para a presidência da Assembleia da República — embora, como é óbvio, em instituições democráticas e plurais, o tivessem feito em termos diversos —, mal ficaria se o grupo parlamentar de que V. Ex.ª faz pante, já por duas vezes, não dissesse duas palavras muito singelas e muito sentidas, até quase mais como amigos do que como colegas de bancada.

Nós saudamos muito fraternamente a sua eleição, somo saudamos, evidentemente, a dos outros membros da Mesa, entre os quais também há muitos de nós. E saudamo-lo fraternamente porque é para nós uma honra que seja um dos nossos e sobretudo uma pessoa como o Dr. Leonardo Ribeiro de Almeida a assumir o segundo lugar na hierarquia do Estado Português. Mas é ainda, além disso, além desse carácter fratenno — não nos podemos esquecer que ela é a expressão da vontade clara do povo português, expressão de um partido que neste momento é o partido maioritário — ...

A Sr. Natália Correia (PSD): - Muito bem!

O Orador: — ..., de uma aliança que neste momento é a coligação maioritária.

O Sr. Presidente, como todos nós, defenderá certamente a democracia, que é nada mais nada menos do que o respeito dessa vontade expressa pelo povo português, e vai defendê-la, obviamente, num espaço de diálogo que é o Parlamento em democracia, e vai defendê-la entre nós e com a oposição.

Saudações muito queridas, muito fraternas, um grande abraço de toda esta bancada que, agora um pouco menos, mas quase ousaria dizer, apesar de tudo, se ninguém se importasse, ao menos sentimentalmente, continua a ser a sua.

Aplausos do PSD, do CDS e do PPM.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputado, agradeço as suas palavras.

Srs. Deputados, os trabalhos do Plenárilo prosseguirão na próxima quinta-feira, pelas 15 horas, com a ordem do dia a estabelecer em reunião com os representantes dos grupos parlamentares, a quem peço o favor de se reunirem comigo amanhã, pelas 15 horas.

Está encerrada a reunião.

Eram 23 horas e 50 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Social-Democrata (PSD)

António Pinto Basto Patrício Gouveia. Carlos Manuel Pereira de Pinho. Casimiro António Pires. Fernando José da Costa. Manuel António Araújo dos Santos. Rui Alberto Barradas do Amaral.

Centro Democrático Social (CDS)

Alexandre Correia de Carvalho Reigoto. José Duarte de Almeida Ribeiro e Castro. Luís Carlos Calheiros Veloso de Sampaio. Nuno Krus Abecasis. Rui Eduardo Ferreira Rodrigues Pena.

Deputados que faltaram à sessão:

Centro Democrático Social (CDS) Luís Aníbal Sá Azevedo Coutinho.

O REDACTOR PRINCIPAL, Manuel Adolfo de Vasconcelos.